

Gepp diz que o problema do país é o planejamento

O empresário brasileiro Edward John Gepp afirmou ontem, na Subcomissão de Economia do Senado — que estuda o problema dos débitos do Governo para com as firmas de construção — que o grande problema brasileiro é o de um planejamento harmônico para que se possa compatibilizar com as necessidades o desenvolvimento nacional, e que os dos credores do Governo é receberem em dia, desprezando a correção monetária. Disse que falta o planejamento — ele é o presidente da Associação Brasileira de Empresas de Engenharia Rodoviária — “badalou-se” muito a “ferrovia do aço”, quando ela não é das mais importantes para o desenvolvimento do País, lembrando que muitas toneladas de safras agrícolas perderam-se no interior de São Paulo e em outros pontos do território nacional, por não haver uma ferrovia que possibilitasse seu escoamento.

Anteriormente havia falado na Subcomissão o Presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção de Estradas, Pontes, Portos, Aeroportos, Barragens e Pavimentação, Jorge Luiz de La Roque, que afirmou que as perspectivas dos programas de obras do DNER e da Rede Ferroviária Federal, a partir do segundo semestre deste ano, são sombrias e indicam uma paralisação progressiva em consequência da queda do número de licitações, que têm se limitado aos serviços inadiáveis de melhoramentos e conservação, trazendo apreensão aos empresários da construção pesada.

La Roque informou que a principal preocupação, no momento, é com o futuro, que se torna difícil, a menos que o Governo encontre uma forma de, pelo menos, manter os orçamentos dos órgãos contratantes nos níveis inicialmente previstos. Quanto às dívidas, disse que elas vêm sendo liquidadas dentro das possibilidades e que os empresários reco-

nhecem o esforço do Governo nesse sentido.

Os dois conferencistas disseram que a crise que se abate sobre o País, em consequência dos fatores que pesam sobre o mundo empresarial, é de tal ordem que eles temem a proletarianização da classe média. Afirmaram que enquanto a imprensa destaca que a indústria automobilística, através da General Motors, demitiu 700 empregados, somente em São Paulo as empresas de construção em geral podem despedir até 20 mil empregados, somente este ano.

Tanto La Roque quanto Edward Gepp disseram que a eles não importa a correção monetária. Eles responderam ao senador Domicílio Gondim — que concordou com ambos — e asseguraram que o que realmente vale é o retorno, “em dia, do capital aplicado”. Gepp ironizou dizendo: “Não quero mais ouvir falar em ano de nada. O Brasil não pode ter ano do café, ano do açúcar, ano do álcool. O que se deve fazer é mentalizar que precisamos que todos os anos sejam ano do Brasil. Monta-se uma infra-estrutura para um desses anos, e no seguinte ela está mais que abandonada, esquecida.”

Gepp salientou que o País precisa exportar, competir no mercado internacional, e sem a política dos subsídios, que indiretamente são força atuante no processo inflacionário. E para isso precisamos planejar. “Não sei a quem atribuir a ausência de planejamento. Sei que precisamos planejar, melhor”.

Insistiu em que a falta de regularidade nos pagamentos em dia por parte do Governo pressiona as empresas na procura de empréstimos, de onde decorre o encarecimento do dinheiro de que necessitam. Mas tudo isso são problemas assessoriais, segundo o presidente da ABEEF, que considera o maior de todos “a falta de uma infra-estrutura para promovermos um plane-

jamento adequado ao desenvolvimento harmônico”.

O presidente do Sindicato da Indústria da Construção de Estradas, Pavimentação e Obras de Terraplenagem Geral, Newton Cavaliere mostrou um dado que ele chamou de “significativo”, quando também falou — foi o último a depor perante a Subcomissão — dos problemas da falta de pagamento, pelo Governo, das obras contratadas. Disse que a par dessa situação existe o decréscimo de serviço. Em 1976, no setor de pavimentação, somente na capital paulista, para 34 empresas do ramo e com 30 usinas instaladas e 15 mil empregados, as licitações alcançaram 1.250 mil cruzeiros. Em 1977, elas chegaram apenas a 180 mil cruzeiros. No setor da conservação onde existem 25 empresas com três mil empregados até agosto não haverá problemas. Mas a partir dali, vai começar a dispensa de trabalhadores.

Os empresários asseguraram à Subcomissão que a falta de pagamento decorre de problemas de insuficiência de caixa dos órgãos contratantes, lembrando que esses vêm de longa data, embora as suas causas tenham se modificado, ao longo do tempo. O presidente do SINICON, Jorge Luiz de La Roque, disse que uma das soluções para a questão seria a instituição, no Banco do Brasil, de um Fundo Governamental capaz de garantir o pagamento, independente de realizações setoriais da receita. Os recursos, seriam automaticamente garantidos pelo Banco do Brasil, que em sua contabilidade efetuará as compensações necessárias, levando em conta os saldos credores mantidos em contas dos órgãos do mesmo Ministério e os débitos correspondentes. Todos os órgãos, segundo ele, trabalhariam dentro dos limites fixados pelo orçamento e de acordo com as possibilidades de realização das receitas.